

Ariosto Teixeira

O crime do painel

A violação do painel eletrônico de votação do Senado tornou-se um caso ainda mais misterioso depois do depoimento-defesa apresentado ontem pelo líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF). Com minúcia de engenheiro, ele reconstituiu seus passos em 27 de junho do ano passado, dia em que, segundo a ex-diretora do Centro de Processamento de Dados (Prodasen), Regina Borges, ele teria pedido que imprimisse uma lista da votação da sessão secreta que casou o mandato do ex-senador Luiz Estevão.

Honra – Arruda convenceu o presidente Fernando Henrique Cardoso e aparentemente boa parte dos colegas que o apartearam, exceto o petista Eduardo Suplicy (SP). Restou, contudo, uma pergunta a ser respondida pela Corregedoria e a Comissão de Ética do Senado: quem e com que objetivo tinha interesse na lista de votação e cometeu o crime com a cumplicidade da ex-diretora do Prodasen?

A essa altura, pouco im-

portam as responsabilidades, diz o senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O mais importante, para ele, é que a honra do Senado foi maculada. “Temos um cristal trincado, que ficará como uma marca feia na história do Senado”, observava ele, com uma advertência: “Esse conflito alcançou um patamar de desequilíbrio perigoso para a instituição.”



*Bernardo Cabral:
“A honra do Senado
está manchada”*

Na mesma linha, o senador Roberto Freire (PE) anota que a transformação do Senado “em delegacia de polícia” tem um custo não trivial para a democracia. “A convivência com denúncias não apuradas, com

desrespeito às regras democráticas, contamina tudo, não só os políticos, mas as próprias instituições republicanas.”

Freire acredita que se assiste ao “estertor de um modelo de Estado que permitia a promiscuidade e a rapinagem”. Esse quadro de falência, acha ele, não é inteiramente negativo, na medida em que não se perder a oportunidade de fortalecer as instituições democráticas. O presidente do PPS crê, por fim, que a atuação do Ministério Público em casos como o da Sudam, do Conselho de Ética no crime do painel e uma CPI para apurar o que sobrar de denúncias produzirá um país “mais limpo e arejado”.